



JUSTIÇA ■ TRIBUNAL CENTRAL DE INSTRUÇÃO CRIMINAL

Juízes contestam terceira mudança

■ Conselho Superior da Magistratura recebeu exposição, mas Ministério da Justiça não recua

● ANA LUÍSA NASCIMENTO

O juiz da Operação Marquês, Carlos Alexandre, e o seu colega do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), Ivo Rosa, estão contra a mudança para o novo edifício do DCIAP, que será a segunda no espaço de um ano – em janeiro, o tribunal mudou-se do Campus da Justiça de Lisboa para o antigo Tribunal de Polícia, junto ao Palácio da Justiça, depois de, em 2009, ter saído da Boa-Hora.

A posição dos juizes, que alegam falta de espaço para os megaprocessos e para as respetivas diligências, já é do conhecimento do Conselho Superior da Magistratura, mas o Ministério da Justiça insiste na mudança.

“O CSM recebeu uma exposição do Senhor Juiz Ivo Rosa indicando não considerar necessária a mudança de instalações”, confirmou ao **CM** fonte oficial do órgão de gestão e disciplina dos juizes. Por sua vez, o Ministério da Justiça, a quem o CSM solicitou informação sobre a mudança da Avenida Marquês de Fronteira para a Avenida Gomes Freire, esclarece que o processo “apenas aguarda data favorável às entidades envolvidas, não havendo, de momento, qualquer

Ivo Rosa (à esq.) e Carlos Alexandre contestam a mudança do Departamento Central de Investigação e Ação Penal



FOTOS SÉRGIO LEWIS

DAVID MARTINS

APONTAMENTOS

759 arguidos foram constituídos na Operação Furacão desde 2005.

“CAIXEIROS VIAJANTES”

As mudanças do TCIC já motivaram a alcunha de “caixeiros viajantes” aos seus juizes.

alteração ao inicialmente estudado.”

Segundo apurou o **CM**, inicialmente Carlos Alexandre foi favorável à alteração de edifício. No entanto, após a mudança do DCIAP para a rua da Polícia Judiciária foi realizada uma visita durante a qual os magistrados constataram a falta de espaço para acomodação dos inquéritos e para a realização de diligências

Juízes alegam falta de espaço para os grandes processos

referentes a megaprocessos, como são todos os casos investigados pelo DCIAP e que têm como juiz titular Carlos Alexandre. Exemplo disso são, além da Operação Marquês que já tem

mais de 20 mil folhas, os inquéritos do Grupo Espírito Santo, Vistos Gold ou ainda Operação Furacão, com mais de 700 arguidos e que tem já 108 acusados. ■